



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 4
Abril de 2014

Enigmas do emprego no Brasil

Desde 2011, quando a taxa de crescimento do PIB brasileiro começou a desacelerar, a continuidade do processo de redução da taxa de desemprego tem surpreendido muitos analistas. Nos últimos três anos, a taxa de desemprego aberto, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) nas principais regiões metropolitanas do País, reduziu-se de 5,5% em dezembro de 2010 para 4,35% em dezembro de 2013. A taxa de crescimento média do PIB foi de apenas 1,7% no período. Há uma espécie de consenso nas interpretações sobre o mercado de trabalho brasileiro. Segundo a visão convencional, há uma redução da demanda por trabalho, associada à desaceleração do PIB e confirmada pela menor criação de vagas de trabalho. Porém a redução do ritmo de crescimento da oferta de trabalho, devido à desaceleração da taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), tem contribuído para manter a taxa de desemprego estável e baixa, mesmo em um cenário de desaquecimento do nível de atividade.

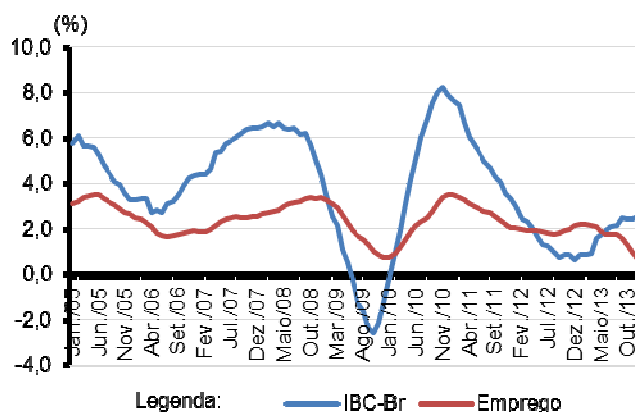
Há indicativos, porém, de que os movimentos de desaceleração da PEA e do ritmo de criação de vagas sejam apenas conjunturais. Observa-se, de fato, uma tendência de longo prazo de redução da taxa de crescimento da PEA, uma vez que a População em Idade Ativa (PIA) também apresenta menor crescimento, devido à menor expansão populacional. Porém a desaceleração da PEA no último ano foi mais intensa do que se poderia depreender dos movimentos demográficos. Segundo os dados da PME, a taxa de crescimento da PEA passou de 1,7% em dezembro de 2012 para 0,6% em dezembro de 2013 (variação acumulada em 12 meses). Por outro lado, a PIA manteve a sua trajetória suave de desaceleração, passando de uma expansão de 1,2% em dezembro de 2012 para 1,1% em dezembro de 2013 (também em 12 meses). A desaceleração mais intensa da PEA deve-se, portanto (e principalmente), à queda da taxa participação, a razão entre a PEA e a PIA.

São frequentes os argumentos de que a menor taxa de participação decorre da saída dos jovens de 15 a 24 anos da PEA. O fenômeno estaria associado à melhoria na distribuição de renda no País e do aumento da oferta de bolsas e financiamentos que permitem o acesso de um maior número de jovens ao ensino superior. Esse movimento, contudo, não é suficiente para explicar a desaceleração da procura por emprego. Nos últimos anos, observa-se um processo de redução da PEA entre 15 e 24 anos, em simultâneo ao aumento da PEA com mais de 50 anos. Porém, enquanto os primeiros representam cerca de 15% da PEA total, os segundos representam cerca de 20%. A saída dos mais jovens do mercado de trabalho tem sido compensada pelo ingresso das pessoas com mais de 50 anos. A rigor, a desaceleração da taxa de crescimento da PEA tem ocorrido com mais intensidade

entre a população de 25 a 49 anos, que corresponde a mais de 60% da PEA.

A taxa de participação dessa parcela populacional apresenta um comportamento cíclico, o que induz à noção de que o movimento de desaceleração pode ser revertido nos próximos meses. Isso não indica, contudo, que a taxa de desemprego irá aumentar. Conforme o gráfico, que mostra a variação em 12 meses do emprego e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), um indicador mensal do nível de atividade, a desaceleração do PIB desde o final de 2011 não foi acompanhada por uma redução do emprego, o que resultou em menor produtividade na economia. Por outro lado, quando teve início a recuperação, em meados de 2012, esta também não foi acompanhada de uma elevação mais intensa do emprego, o que resultou no aumento da produtividade. Os movimentos são corroborados por medidas alternativas de produtividade, como a relação entre produção e horas pagas na indústria. O descolamento das duas séries no final do período indica que, a continuar a recuperação do nível de atividade, a taxa de expansão do emprego poderá aumentar em breve. Caso não aumente, o crescimento persistente da produtividade do trabalho resultará muito superior ao padrão histórico. Nesse contexto, mesmo com a perspectiva de aceleração da PEA, a taxa de desemprego poderá continuar nos níveis atuais.

Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) e emprego no Brasil — jan./05-dez./13



Legenda: — IBC-Br — Emprego
FONTE: Banco Central do Brasil.
IBGE (PME).
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Cecília R. Hoff
Economista, Pesquisadora da FEE

O superciclo dos preços das *commodities* desacelerou ou está diante do fim?

A datar de meados de 2003, os preços internacionais das *commodities* iniciaram um percurso persistente de alta, um fenômeno singular em termos de amplitude. A crise financeira de 2008 não significou a interrupção deste movimento, uma vez que a recuperação das perdas teve início logo no ano subsequente. Os principais grupos de *commodities* — desconsiderando-se os combustíveis — alcançaram picos históricos no ano de 2011, com destaque para metais e alimentos. O petróleo, por sua vez, atingiu a maior cotação do período pós-crise em março de 2012, em meio à Primavera Árabe. O seu preço atual, porém, ainda se encontra aquém do recorde de julho de 2008.

Entre os possíveis eventos relacionados a este superciclo, além do tão enfatizado efeito-China, pode-se citar o aumento de custos de produção, como, por exemplo, o encarecimento da extração de petróleo em águas profundas. A elevação desse combustível gera um efeito em cadeia, principalmente para as *commodities* agrícolas, na forma de encarecimento dos transportes, dos fertilizantes e, ainda, a elevação do custo implícito para a produção de alimentos, ao considerar-se a produção alternativa de biocombustíveis.

Outros fatores, como a política monetária de juros baixos nos Estados Unidos, a desvalorização do dólar e questões geopolíticas, também são apontados como causas para esse ciclo. Há, ainda, a presença dos investimentos financeiros responsáveis pela ampliação da volatilidade, a qual é intrínseca aos mercados de produtos primários.

Em 2012, os preços dos produtos básicos — ainda desconsiderando-se os combustíveis — cresceram 4,5%, sendo possível visualizar, no ano seguinte, uma direção descendente para esse grupo e também para os metais e alimentos. Nos dois primeiros meses de 2014, observa-se a elevação na cotação dos alimentos, tomando-se como referência dezembro de 2013, em especial do açúcar e do milho — em 12 meses, no entanto, esses produtos ainda acumulam baixas. As principais razões apontadas para a elevação recente dos preços estão relacionadas ao déficit hídrico no Brasil e aos conflitos geopolíticos envolvendo a Ucrânia, país de solo fértil que ocupa as primeiras posições entre os maiores ex-

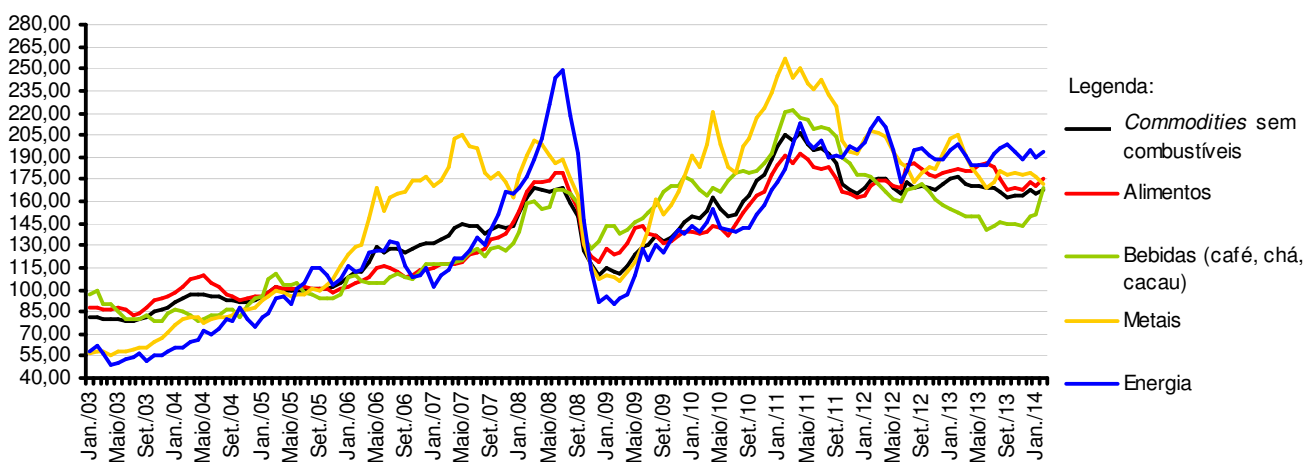
portadores mundiais de trigo e milho, sendo considerado o “celeiro” dos países europeus. A valorização dos combustíveis no início do ano ocorreu em meio a tensões entre a Rússia e o Ocidente. No grupo de bebidas, o café tem alta expressiva e recupera as perdas ocorridas desde 2011.

Os principais impactos desse movimento de 2014, apesar de aparentemente temporários, podem ser observados na inflação e nas contas externas. A combinação do real mais fraco desde o último quadrimestre de 2011 com a elevação dos preços dos cereais no início de 2014 — correlação incomum para a maior parte do período — exerce pressão altista na inflação doméstica no início do ano. Por sua vez, os principais determinantes para o resultado da balança comercial nos últimos anos estão relacionados com os ganhos nos termos de troca e com a administração da balança de combustíveis.

Apesar da valorização de alguns grupos de *commodities* no primeiro bimestre de 2014, as previsões do FMI — que, em geral, são alvo de constantes revisões — para os preços dos principais grupos de *commodities* até 2019 sinalizam uma retração não brusca, o que traria paulatinamente os patamares de 2010 de volta para os preços. Caso os prognósticos dessa instituição se confirmem, apesar da baixa, os preços ainda se localizariam em um degrau muito acima do que vigorava em 2003.

Dessa forma, as pressões inflacionárias com origem nas matérias-primas seriam arrefecidas, mas, por outro lado, as exportações dos produtos básicos, que cresceram em valor nos últimos 10 anos, devido, principalmente, ao efeito-preço, passariam a depender mais de outros fatores, como, por exemplo, a recuperação da economia mundial. Ademais, o debate sobre o desenvolvimento com recursos naturais não é inoportuno, haja vista os patamares ainda elevados alcançados pelos preços das *commodities* e os termos de troca favoráveis aos países exportadores de produtos primários. Concerne ao questionamento que intitula este texto, a despeito das previsões, é muito difícil traçar um comportamento futuro, a julgar pelos vários determinantes desses preços.

Índice de preços internacionais de *commodities* — jan./03-fev./14



Clarissa Black
Economista, Pesquisadora da FEE

Recuperação das exportações gaúchas de derivados de petróleo

Em 2013, as exportações de derivados de petróleo do RS registraram um crescimento de US\$ 234,7 milhões, alcançando um valor quase três vezes superior ao exportado no ano anterior. Depois do setor de plataformas de petróleo, o setor de derivados de petróleo foi o que teve o maior aumento do valor exportado. Esse desempenho deve-se, basicamente, ao aumento no valor exportado de gasolina, que aumentou US\$ 128 milhões, e de óleo diesel, que aumentou US\$ 80 milhões.

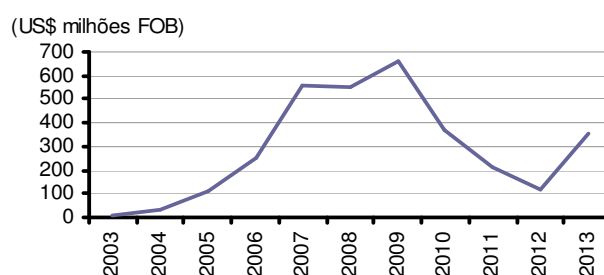
O principal destino das exportações do setor de derivados do petróleo foi o Paraguai, que, em 2013, comprou do Estado US\$ 157 milhões em óleo diesel, 91% a mais do que em 2012. O segundo destino foi a Argentina, que registrou um aumento de US\$ 37 milhões nas compras de gasolina e de US\$ 5,6 milhões nas de óleo diesel. Os Estados Unidos, que não apareciam como um destino importante para as vendas do setor em 2012, registraram um crescimento de US\$ 50 milhões em 2013, tornando-se o terceiro principal destino.

Apesar do bom desempenho em 2013, as exportações do setor já haviam alcançado valores maiores em anos anteriores. Em 2009, por exemplo, as exportações de derivados do petróleo somaram US\$ 658,8 milhões. Desde então, as exportações do setor vinham apresentando queda (ver gráfico). De 2009 a 2012, houve uma redução de US\$ 539 milhões no valor exportado, sendo que a maior queda foi na exportação de óleo diesel para a Argentina, que recuou US\$ 134 milhões no período. O Uruguai aparecia como terceiro principal destino em 2009, com a compra de US\$ 123 milhões em óleo

diesel, mas, nos últimos anos, não houve registro de exportação do produto para o País.

Esses resultados refletem, em grande medida, as variações na produção de derivados do petróleo na principal refinaria do Estado, a Refinaria Alberto Pasqualini. Em 2009, o volume produzido de óleo diesel foi de 5 milhões de metros cúbicos. Já em 2012, esse volume foi 12,2% menor. Em 2013, houve um aumento de 21,8% no volume de óleo diesel produzido na refinaria, tomando-se como referência a produção de 2012. Boa parte desse aumento na produção foi destinada ao mercado externo, já que o consumo interno do produto no Estado cresceu 6,7% entre 2012 e 2013, conforme dados da ANP.

Exportações de derivados do petróleo do RS — 2003-13



FONTE: MDIC.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

Safra de grãos 2013/2014: produção e escoamento

A atual safra de grãos de verão já está sendo colhida. Desde o plantio até meados de janeiro, um novo recorde brasileiro era apontado, com uma produção 5,2% maior que a safra do ano passado, quando foram obtidas 187,44 milhões de toneladas. Agora, o sexto e mais recente levantamento da Conab, o de março, foi bem menos otimista: o Brasil deverá colher uma safra apenas 0,7% maior.

Visto que a produção do Rio Grande do Sul beira os 16% da safra brasileira, esse resultado reflete, em parte, tanto a estiagem, recorrente no verão em importantes regiões produtoras gaúchas, como o excesso de chuvas ocorrido antes dessa estação. Analisados separadamente, os principais grãos gaúchos de verão — arroz, feijão, milho e soja — poderão apresentar redução ou baixos índices de crescimento da produção por motivos diversos. O arroz, mesmo sendo plantado mais cedo, enfrentou pesadas chuvas em novembro, o que afetou sua evolução normal em diversas áreas. As demais lavouras, como a soja, o milho e o feijão, enfrentaram altas temperaturas nas fases decisivas de evolução de seus cultivos, a de floração e de enchimento de grãos, o que ocasionou a queda de folhas e de vagens recém-formadas.

Mesmo com a indicação de perdas pontuais, a safra gaúcha de verão 2013/2014 poderá ser recorde, com um aumento de 4,4%, bem menor do que o previsto pela Conab em janeiro. Podendo chegar a colher 29,5 milhões de toneladas, o Rio Grande do Sul deverá enfrentar, a exemplo do resto do País, o antigo dilema de escoamento das safras.

Produtores e exportadores apontam que a deficiente logística brasileira e a dificuldade na modernização dos portos poderão resultar na perda de competitividade das culturas e no cancelamento de contratos. O Programa de Investimentos em Logística, coordenado pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que prevê investimentos da ordem de R\$ 212,3 bilhões para desenvolver modais de transporte, pretende obter mudanças estruturais imediatas, para que o Brasil possa, no médio prazo, transportar grandes e frequentes safras recordes.

Comparativo de safras dos principais grãos de verão do RS e total do Brasil — Safras 2012/2013 e 2013/2014

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA		Δ%
	2012/2013	2013/2014 (1)	
Arroz	7.933,4	8.384,4	5,7
Feijão	94,7	67,1	-29,1
Milho	5.383,5	4.982,0	-7,5
Soja	12.534,9	12.314,0	-1,8
Total do RS	28.269,4	29.515,5	4,4
Total do Brasil	187.437,5	188.700,6	0,7

FONTE: Conab.

(1) Estimativas de março de 2014.

Elvin Maria Fauth
Economista, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — set./13-fev./14

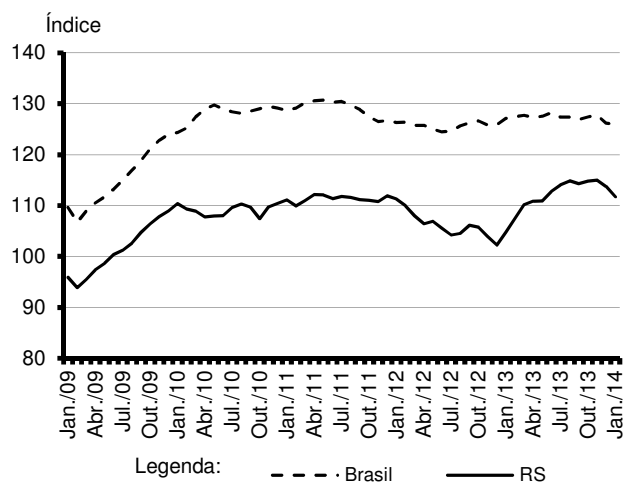
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Set./13	0,35	3,79	5,86	1,50	3,70	4,40	
Out./13	0,57	4,38	5,84	0,86	4,59	5,27	
Nov./13	0,54	4,95	5,77	0,29	4,90	5,61	
Dez./13	0,92	5,91	5,91	0,60	5,53	5,53	
Jan./14	0,55	0,55	5,59	0,48	0,48	5,67	
Fev./14	0,69	1,24	5,68	0,38	0,86	5,77	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jan./14

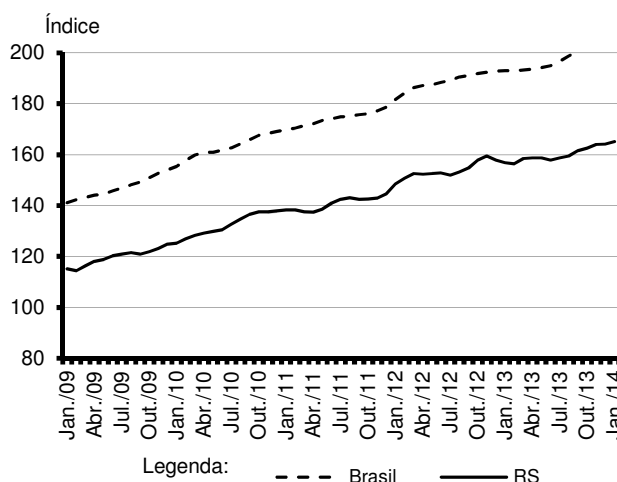


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jan./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — set./13-fev./14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	Jan./14	Fev./14		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	2,27	2,19	2,30	2,35	2,38	2,38	2,38	2,22
Taxa de câmbio efetiva real (3)	95,1	91,7	94,8	96,3	96,5	95,7	96,1	91,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	9,00	9,50	10,00	10,00	10,50	10,75	10,62	8,99
Superávit primário (% do PIB)	2,3	-1,4	-6,8	-2,4	-4,8	-0,5	-2,7	-1,8
Balança comercial (US\$ milhões)	2.141	-225	1.739	2.654	-4.058	-2.125	-6.183	1.694
Exportações (US\$ milhões)	20.996	22.821	20.861	20.846	16.026	15.934	31.960	242.622
Importações (US\$ milhões)	-18.855	-23.046	-19.122	-18.192	-20.084	-18.059	-38.143	-240.929
Transações correntes (US\$ milhões)	-2.634	-7.133	-5.146	-8.678	-11.591	-7.445	-19.036	-82.484

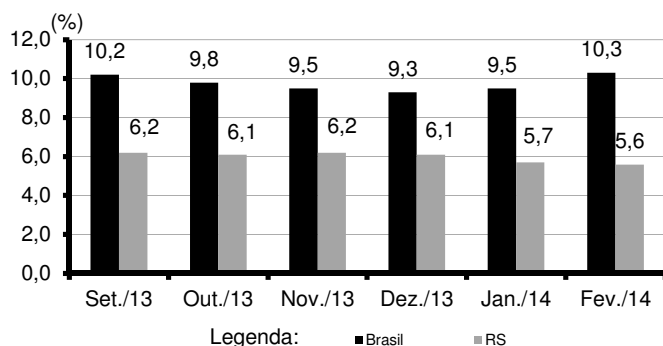
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 4

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — set./13-fev./14



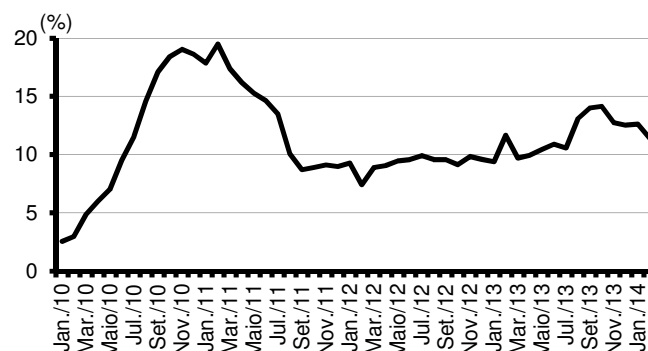
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-fev./14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

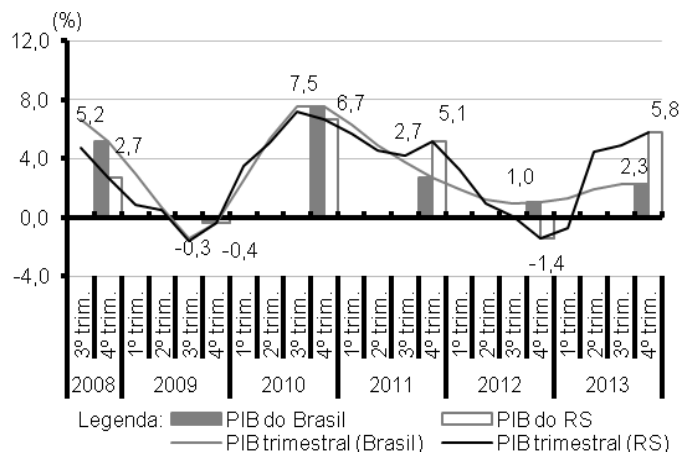
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — set.-fev./14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil	
Set/13	17.505	177.650	9,9	28,6	-1,6	16,4	4,1	9,6	-5,3
Out/13	21.320	200.471	10,6	41,2	-0,9	17,1	4,1	19,4	-4,7
Nov/13	23.933	221.333	10,8	46,9	-0,7	17,7	3,5	24,5	-4,0
Dez/13	25.094	242.179	10,4	44,3	-0,2	16,8	4,1	22,6	-4,1
Jan/14	1.077	16.026	6,7	4,0	0,4	-14,6	3,6	21,8	-3,2
Fev/14	2.096	31.960	6,6	-1,0	1,4	-14,9	7,1	16,3	-5,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-4º trim./13

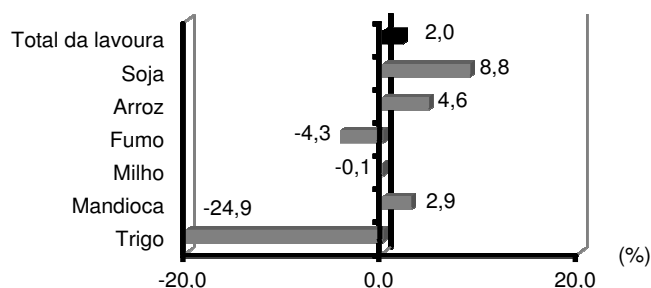


FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais.

FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — fev./14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

Estudo e trabalho: o perfil dos jovens brasileiros

Os dados sobre o perfil dos jovens em relação às suas opções de estudo e trabalho, disponíveis na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012), confirmaram as tendências que já vinham sendo observadas no último período intercensitário (2000-10). Dentre elas, destaca-se a redução do número de jovens gaúchos que não estudam e nem trabalham, a sua inserção cada vez mais precoce no mercado de trabalho e a maior participação feminina no grupo dos jovens que estudam e trabalham. Nos últimos anos, a proporção de mulheres gaúchas que estudam e trabalham (19,6% em 2012) ultrapassou a dos homens (18,1% em 2012), que antes dominavam esse grupo nas faixas etárias tanto de 15 a 19 anos quanto de 20 a 24 anos.

Considerando-se a faixa etária de 15 a 24 anos, observa-se que, em 2012, a maior parte dos jovens brasileiros do sexo masculino só trabalhava (41,4%), enquanto a maior parte dos jovens do sexo feminino só estudava (33,6%). A rede pública de ensino abrigava 84% dos jovens entre 15 e 19 anos de idade, enquanto a rede privada abrigava 53% dos alunos na faixa de 20 a 24 anos. Verificou-se uma maior participação da rede privada de ensino entre os jovens acima de 20 anos que estudavam e trabalhavam (60,8%), enquanto os que apenas estudavam concentraram-se na rede pública (56,9%).

Apenas 9% das gaúchas entre 15 e 19 anos com filho(s) estudavam em 2012 (5,5% só estudavam, e 3,5% estudavam e trabalhavam), enquanto 63,1% não estudavam e nem trabalhavam. Entre as gaúchas dessa faixa etária sem filho(s), 75,7% estudavam, enquanto 12% não estudavam e nem trabalhavam.

No Brasil, a renda *per capita* média nos domicílios dos jovens que estudavam e trabalhavam era a mais elevada, enquanto a renda domiciliar dos que não estudavam e nem

trabalhavam era a mais baixa. A renda dos que só estudavam também se mostrou mais elevada do que a renda domiciliar dos jovens que só trabalhavam.

As brasileiras entre 15 e 24 anos ganharam, em média, salários 12% inferiores aos do sexo oposto. Apenas nas forças armadas e auxiliares, o salário médio do sexo feminino foi superior ao masculino, porém a representação feminina nesta ocupação é 16 vezes inferior à masculina. Entre as maiores disparidades salariais, destacam-se as ocupações de dirigente (média salarial 14,4% maior entre os homens), de técnico de nível médio (34,6% maior), e nos serviços (41,4% maior). Os jovens empregaram-se, em sua maioria, na produção, reparação e manutenção de bens e serviços, o que também foi a principal ocupação dos jovens pardos e pretos. Entre os de raça amarela, a ocupação predominante foi em vendas e prestação de serviços no comércio. Entre os jovens de raça branca, predominou o emprego em serviços administrativos, e, entre os indígenas, o emprego agrícola.

Relação entre estudo e trabalho dos jovens
na RMPA, no RS e no Brasil — 2012

SITUAÇÃO	Relação entre estudo e trabalho dos jovens na RMPA, no RS e no Brasil — 2012 (%)					
	DE 15 A 19 ANOS			DE 20 A 24 ANOS		
	RMPA	RS	Brasil	RMPA	RS	Brasil
Só estuda	50,2	45,4	50,5	8,6	9,1	9,9
Estuda e trabalha	17,8	19,8	18,0	20,2	17,8	13,3
Só trabalha	17,7	20,4	16,3	54,7	54,9	52,3
Não estuda e nem trabalha	14,3	14,4	15,2	16,5	18,2	24,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD 2012.

Gisele da Silva Ferreira
Estatística, Pesquisadora da FEE

Novo Código florestal: modernização ou flexibilização?

O Código Florestal Brasileiro, consolidado na Lei Federal nº 4.771, de 1965, foi resultado de reformulações sofridas na base legal instituída por Getúlio Vargas em 1934. O espírito da lei ficou claro no seu artigo 1º, o qual consagra as florestas e demais formas de vegetação como de utilidade às terras que revestem. A normativa tinha o intuito de proteger os recursos hídricos, a estabilidade geológica, a proteção dos solos, a biodiversidade, sem comprometer o uso econômico sustentável.

Ao sancionar o decreto nº 6.514, de julho de 2008, o Presidente Lula deu início à reforma desse marco legal e a um intenso e caloroso debate nacional. Os “defensores” da reforma justificaram as suas posições apontando o engessamento do desenvolvimento da agropecuária brasileira, pois consideravam impraticáveis os conceitos legais da antiga legislação. Por outro lado, o grupo dos “descontentes” apontou a ausência, nas regras atuais, de uma análise técnica da ocupação dos solos à luz das especificidades de cada bioma, destacando, ainda, a omissão histórica do poder público como a principal responsável pela fragilização e anulação dos efeitos do regramento jurídico anterior.

Certamente, havia necessidade de aperfeiçoamento da legislação florestal. Esta carecia de adequação à realidade e aos avanços no conhecimento científico. Por outro lado, também é verdade que o crescimento da produção agrícola brasileira necessita ser repensado, em termos seja das cadeias produtivas, seja do planejamento das reconversões na ocupação das terras agricultáveis. Além disso, a adoção de um regime de uso e manejo apropriados, ancorado às diversida-

des de cada bioma, deve anteceder a definição do que pode ser enquadrado na legislação como ameaça à sustentabilidade e à segurança nacional.

Um dos pontos de “flexibilização” contido no Novo Código Florestal coloca em risco a sustentabilidade dos recursos hídricos. O inciso I, do art. 4º, implicará a redução considerável da extensão da área atualmente protegida. A alteração do referencial para demarcação das faixas de preservação permanente, referentes às margens desse recurso natural, fragiliza a preservação dos mananciais, possibilitando a ocupação maior do leito dos cursos d’água por atividades antrópicas. Dependendo do bioma e das características topográficas, pode vir a ocorrer uma alteração de uso desses solos, imputando danos ambientais e econômicos à sociedade.

As “tragédias anunciadas”, referentes aos desmoronamentos, enchentes devastadoras e estiagens danosas, decorrentes do uso e do manejo inadequado dos recursos naturais, ainda não foram suficientes para que a sociedade entenda a importância das florestas e das demais formas de vegetação e sua utilidade às terras que revestem.

A “modernização” do Código Florestal careceu de um debate mais amplo. Essa “flexibilização” poderá promover um retrocesso na proteção ambiental, indo na contramão da evolução histórica do Direito Ambiental em todo o mundo. Isso poderá implicar, ao Brasil, a perda de liderança na responsabilidade ecológica global.

Tulio Carvalho
Engenheiro Agrônomo, Pesquisador da FEE

A educação gaúcha conforme o novo Idese

Dez anos após a sua criação em 2003, teve início o processo de alteração metodológica do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), divulgado pela FEE. Reformulações metodológicas são esperadas em indicadores sintéticos de desenvolvimento, uma vez que, com o passar do tempo, surgem novas bases de dados, bem como novos desafios para as políticas públicas.

Em sua nova versão, o Idese apresenta três blocos (tal como em vários outros índices multidimensionais): Educação, Renda e Saúde. A principal mudança do novo Idese é a maior inclusão de indicadores qualitativos. Com isso, foram favorecidos municípios de pequeno e médio portes com bons serviços nessas áreas. Na classificação geral dos municípios, Carlos Barbosa (0,848), Aratiba (0,835) e Nova Araçá (0,834) foram os três primeiros colocados no Idese. Dentre os municípios com mais de 100.000 habitantes, o primeiro colocado foi Bento Gonçalves (0,816), seguido por Porto Alegre (0,807) e Santa Cruz do Sul (0,792).

Observando-se apenas o Bloco Educação, é possível fazer uma avaliação da situação educacional no Estado. Esse bloco está dividido em quatro sub-blocos: (a) pessoas de quatro a cinco anos de idade; (b) pessoas de seis a 14 anos de idade; (c) pessoas de 15 a 17 anos de idade; e (d) pessoas de 18 anos ou mais. No sub-bloco (a), avalia-se a taxa de matrícula na pré-escola nos municípios gaúchos, o que não era contemplado pela antiga versão do Idese. Essa inclusão é importante, uma vez que a matrícula nesse nível de ensino, crucial para desenvolver habilidades cognitivas e não cognitivas das crianças, não foi universalizada. No sub-bloco (b), utilizam-se as notas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)/Prova Brasil (5º e 9º anos do ensino fundamental), para avaliar a proficiência dos estudantes. Nesse nível de ensino, o foco é a qualidade, já que as matrículas estão praticamente universalizadas. O sub-bloco (c) refere-se à taxa de matrícula no ensino médio, ainda não universalizada. Por fim, o sub-bloco (d) mede a proporção de adultos com ensino fundamental completo: uma medida de estoque de educação formal que substitui a taxa de alfabetização, que já atingiu patamares elevados no Estado. Com essa nova configuração, o Bloco Educação é mais abrangente, ao incluir a educação infantil e medidas de proficiência.

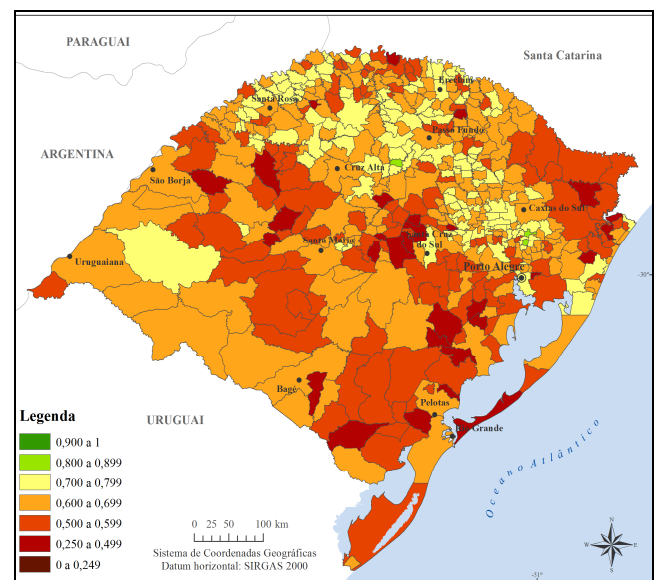
Sob essa nova perspectiva, o índice para o Bloco Educação no Estado como um todo foi 0,654 em 2010. Considerando-se nível alto de desenvolvimento a partir de 0,800, vê-se que a educação gaúcha ainda está longe do patamar desejado. Analisando o índice por sub-blocos, a escolaridade adulta é a que apresenta menor índice (0,563). A razão disso é que apenas pouco mais da metade da população adulta no Estado tinha ensino fundamental completo em 2010, o que é decorrência do passado histórico da educação no País e no Estado. Felizmente, a tendência é de melhoria desse indicador, com a inclusão de gerações mais jovens. O sub-bloco pré-escola, por sua vez, apresentou índice 0,610, mostrando que ainda havia um contingente grande de crianças que não frequentava a pré-escola em 2010. No ensino fundamental, cujo índice foi 0,669, o desafio é aumentar a qualidade, tendo como meta atingir índices comparáveis ao nível educacional da OCDE. Finalmente, no ensino médio, as matrículas precisam ser elevadas, dado que a taxa de matrícula bruta não passava de 77,4% em 2010 (índice 0,774).

A fim de avaliar diferentes partes do Estado, é conveniente analisar o Bloco Educação desagregando o RS em

suas microrregiões. O melhor resultado no Idese Educação foi registrado na microrregião de Não-Me-Toque (0,749). Essa microrregião é formada por sete municípios, com destaque para Lagoa dos Três Cantos (0,812), Não-Me-Toque (0,793) e Selbach (0,769). Em seguida na classificação, as microrregiões de Ijuí (0,730) e Lajeado-Estrela (0,728) ocuparam a segunda e a terceira colocação respectivamente. Os indicadores educacionais mais baixos foram encontrados nas microrregiões de Soledade (0,583), Jaguarão (0,569) e Camaquã (0,563). A microrregião Soledade, em particular, destacou-se negativamente, uma vez que é cercada por microrregiões com bons resultados.

No ranking municipal, Ivoti apresentou o melhor resultado no Bloco Educação do RS, com índice 0,829. O município obteve altas taxas de matrícula bruta na pré-escola e no ensino médio, além de bons resultados na Prova Brasil. Ivoti mostra que, mesmo sem ter um dos maiores PIB *per capita* do Estado, é possível obter excelentes resultados educacionais. Ainda na classificação por municípios, Lagoa dos Três Cantos (0,812) e Picada Café (0,801) ocupam a segunda e a terceira posição. Dentre os municípios com mais de 100.000 habitantes, os três primeiros colocados no Bloco Educação foram os mesmos do Idese geral: Bento Gonçalves (0,753) em primeiro, seguido por Porto Alegre (0,726) e Santa Cruz do Sul (0,710). Por outro lado, Gravataí (0,599), Viamão (0,558) e Alvorada (0,468), localizados próximos a Porto Alegre, apresentaram os piores resultados na faixa dos municípios com mais de 100.000 habitantes. O mapa mostra o desempenho dos municípios no Bloco Educação. Nota-se que a Metade Norte do RS, em geral formada por zonas coloniais historicamente baseadas em pequenas propriedades, teve desempenho educacional superior.

Idese do Bloco Educação, por municípios, no RS — 2010



FONTE: FEE.

Thomas H. Kang*
Economista, Pesquisador da FEE

* O autor agradece à Mariana Pessoa pela confecção do mapa.

Brasil: orientação dos investimentos e (in)sustentabilidade

Os atuais limites à acumulação de capital devido ao esgotamento dos espaços para o investimento produtivo, numa combinação nefasta com a financeirização globalizada, propiciaram a organização de uma divisão internacional do trabalho com fortes traços do período colonial. A competitividade baseada em baixos salários e no fim da regulamentação do mercado de trabalho, a concentração do conhecimento pelas multinacionais e pelos países mais ricos e a nova forma de participação dos Governos na economia geram uma incapacidade de desenvolvimento, no sentido cepalino do conceito, difícil de ser contornada pelas políticas econômicas tradicionais, por mais heterodoxas que o sejam. A América do Sul e a América Central aprofundam sua especialização em *commodities* minerais e agroindustriais, apresentando características do antigo modelo agroexportador.

A economia brasileira insere-se nessa lógica, baseando seu crescimento na produção e na exportação de *commodities*, particularmente insumos de origem mineral e produtos agroindustriais. Essa especialização é liderada pela orientação dos investimentos estrangeiros diretos (IED). Em que pese aos esforços do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), em apoiar investimentos sustentáveis e em diversificar a economia, o Banco acaba centrando sua política no apoio, direto ou indireto, às atividades de mineração e ao agronegócio.

Para ilustrar essa tendência, é importante analisar a entrada de IED no período 2001-13, no Brasil. As informações do Banco Central revelam que o grupo **agricultura, pecuária e extração mineral** ampliou sua participação de 7,1% para 20,2%. Dentro desse grupo, a atividade de extração de petróleo foi a que atraiu o maior fluxo de IED. A indústria, como um todo, reduziu essa participação de 33,3% para 20,5%, sendo que metalurgia básica, uma *commodity* por excelência, foi o segmento que mais atraiu esses investimentos. Dentro do grupo serviços, para onde se dirige a maior parcela dos IED, os segmentos mais focados estão relacionados à atividade financeira, refletindo o peso dessas entradas de valores em comparação com aqueles voltados à produção.

Por outro lado, o BNDES busca efetuar um contraponto a essa tendência, com programas de apoio à inovação e à diversificação da economia. Entretanto os desembolsos efetuados pelo BNDES em 2013 revelam outra realidade. Esses desembolsos centraram-se no apoio à produção de *commodities*, como as do setor petroquímico, da mineração e da siderurgia, no caso das indústrias de transformação e extrativa mineral.

Além disso, os maiores desembolsos efetuados pelo BNDES em 2013 registram a liderança dos investimentos em infraestrutura, por conta do financiamento ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Embora a expansão da infraestrutura não tenha uma relação direta com a entrada de IED, é inegável que a ampliação da oferta de energia e de estradas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cria um ambiente favorável ao desenvolvimento do agronegócio e da mineração. Do total de desembolsos realizados para as Regiões Norte e Nordeste, 58% foram para as usinas hidroelétricas de Belo Monte, Santo Antônio, Jirau, Teles Pires e Estreito, para a transposição do rio São Francisco, para a estrada de ferro Carajás e para linhas de transmissão de energia elétrica.

Esse crescimento revela a intenção da política econômica em apoiar o agronegócio e a mineração, uma vez que essas regiões concentram a atividade de mineração (Norte), de *commodities* agroindustriais, particularmente soja e gado (Norte e Centro-Oeste) e cana-de-açúcar para biocombustíveis e outras monoculturas (Nordeste). Todas essas atividades são importantes consumidoras de água e de energia e demandantes de grandes extensões de terra.

Observe-se que, no Brasil, após o esgotamento das terras utilizadas pela extração mineral, essas atividades migram para outros espaços sem a menor preocupação de recuperação dos territórios degradados. No caso do agronegócio, o quadro que vem definindo-se é o de ocupação extensiva de terras, avançando sobre matas nativas, para o plantio de monoculturas voltadas para exportação, competindo com a produção de alimentos para o mercado interno. Essa expansão é fruto das associações dos latifundiários com empresas multinacionais que não hesitam em invadir áreas de preservação ambiental, de propriedade do Estado ou destinadas originalmente à reforma agrária.

Embora o apoio à produção de *commodities* seja favorável do ponto de vista de atração de investimentos externos e propicie o alcance de superávits comerciais, no longo prazo tende a tornar o País mais vulnerável às oscilações do comércio mundial, além de acelerar a destruição ambiental e aprofundar as desigualdades sociais.

Clarisse Chiappini Castilhos
Economista, Pesquisadora da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.04.14).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes.

Editoração: Susana Kerschner (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br